

2011

Resoluções da 1ª Assembléia Nacional da UNIPA



UNIPA

União Popular Anarquista

11/3/2011

A UNIPA realizou em marco de 2010 sua primeira assembléia nacional, marco do avanço do processo de construção de um Grupo Político Nacional (GPN) bakuninista. A Assembléia fez um balanço organizativo crítico e auto-crítico do período 2003-2010, bem como análise da conjuntura nacional e internacional para o próximo período (2011) e o delineamento de tarefas táticas. Apresentamos aqui as resoluções do processo de discussão.

Resoluções de Organização

1) Um balanço organizativo da proposta de construção de um GPN bakuninista precisa remontar a trajetória de organização e seus avanços e dificuldades. O primeiro aspecto é indicar que a UNIPA se constituiu numa conjuntura marcada pela supremacia do reformismo. Nesse seu estágio mais avançado de integração sistêmica (o reformismo integrado a um bloco de poder e no comando do Estado) foi representado pelos dois governos Lula/PT e seu campo de aliados. A UNIPA surge em 2003 como um pequeno agrupamento de militantes localizados no RJ que desenvolvia a luta ideológica e política e estabelecia como tarefa principal o maior desenvolvimento da teoria anarquista e seu programa. Essa tarefa foi abordada nos seus três primeiros congressos entre 2003 e 2007. No plano da luta de massas, a UNIPA desenvolveu uma intervenção no movimento sindical, popular e estudantil, apontando em 2004 a necessidade de combater o governismo no movimento e desgastar a hegemonia reformista. Essa linha vai se transformar numa orientação mais clara depois dos desdobramentos das greves contra reforma da previdência (com o conseqüente processo de cisão no interior da CUT iniciado em 2004 em Goiânia). A UNIPA tinha clareza naquele momento que o processo de cisão na CUT teria limitações, que as direções oportunistas do PSTU e do então setor que estava rompendo com o PT (que formaria o PSOL) possivelmente não levariam essa tarefa até as últimas conseqüências. Mas mesmo assim, definimos uma tática principista. A intervenção no processo de cisão (que se desdobraria na formação da CONLUTAS e na luta interna entre os projetos reformista do bloco PSTU/setores do PSOL e revolucionários, representado pela UNIPA) foi orientado por dois objetivos: 1) colocar a necessidade e possibilidade de uma organização de massas que rompesse com o modelo corporativista e reformista; 2) instrumentalizar essa intervenção para tentar realizar a expansão nacional da UNIPA. É com essa política que em 2005-2006 a UNIPA começa a intervir sistematicamente no interior da CONLUTAS e que em 2007 lança um comunicado convocando a construção de um GPN (visto como embrião do partido revolucionário anarquista).

2) No período 2007-2010, basicamente do segundo mandato do governo Lula há uma reversão das tendências anteriores. O Governo Lula consegue apresentar alguma retomada do crescimento econômico e também fortalece suas bases de apoio no movimento de massas, com a neutralização das oposições e paralisação de todas as lutas significativas. A equivocada direção da CONLUTAS ajudou nesse processo de revigoração do governismo (expressando o caráter oportunista do processo de cisão comandado pelo PSTU e pelo PSOL). Essa contradição da política anti-governista dirigida por setores reformistas e oportunistas, alcançou o grau mais visível com a liquidação da CONLUTAS realizada em 2010. A política de fusão com a “Intersindical” (que surgira em 2005-2006 para conter a cisão com a CUT) foi um verdadeiro fiasco histórico. Não somente a tentativa de fusão foi conduzida burocraticamente de cima para baixo, como no congresso convocado para isso o setor da Intersindical rechaçou essa fusão, expondo a direção da CONLUTAS ao ridículo E a Conlutas que já tinha ficado praticamente reduzida ao nada depois do Congresso, se decompõe ainda mais com a ruptura da CST/PSOL que também saiu da CONLUTAS. Ou seja, a política de fusão levou a implosão e liquidação – como nós já havíamos indicado desde 2007. Mas se a CONLUTAS fracassou por ser dirigida por um setor oportunista e por encontrar contradições objetivas nas bases, esse processo do ponto de vista da UNIPA não foi perdido. Dessa maneira, a UNIPA se constituiu num período muito

singular. A consolidação do projeto reformista do PT, uma crise interna dos setores de massa vinculadas a esse projeto e certo ascenso seguido de um declínio imediato das lutas. Ou seja, a UNIPA surge no meio de uma crise da organização do proletariado brasileiro que dificulta e muito a sua atuação, bem como de todos os revolucionários. Mas é exatamente aqui que o trabalho teórico anterior, mesmo sendo reconhecidamente parcial, se mostrou fundamental. Tivemos a tática correta porque tínhamos uma teoria, mesmo que ela não estivesse plenamente desenvolvida. A UNIPA teve uma progressão lenta, mas continua. De 2007 até 2010 tivemos um crescimento contínuo da organização e das frentes, tendo assim criado dois Pró-Núcleos (um em 2008 e 2009) uma proto-corrente estudantil (2009) e uma proto-corrente sindical-popular (2010), ambas nascidas no calor das lutas dos Congressos (Congresso Nacional dos Estudantes e Congresso da Conlutas). Além de alguns Comitês de Apoio e Propaganda (em São Paulo, Minas Gerais e interior do Estado RJ), que mesmo com uma existência flutuante contribuíram para a propaganda do bakuninismo. A intervenção nas lutas e debates da CONLUTAS, o combate ao governismo e para-governismo foi central para o processo de construção dessas proto-correntes. Mesmo pequenas e ainda frágeis, elas foram as únicas formas organizativas que conseguiram sair (com uma linha clara alternativa ao governismo e para-governismo) do processo de crise e reorganização realizado entre 2003-2010 no Brasil.

3) O balanço organizativo desse período é positivo. Sabemos que cometemos erros, tivemos falhas e também derrotas e pequenos refluxos. Sabemos também que os avanços apesar de muito importantes, estão longe ainda das metas históricas necessárias a nossa organização. Sabemos também que nossa organização ainda não conseguiu um enraizamento estrutural em meio à classe trabalhadora, sem o qual ela continuará vulnerável. Sabemos que se não avançarmos mais, todo esse trabalho pode se perder para a história. Mas o fundamental é que a UNIPA conseguiu realizar quase todas as metas que se colocou para a etapa interna de construção. Hoje a nossa tarefa não é ser a direção hegemônica ou mesmo uma minoria importante do movimento de massas, mas construir o GPN e seu braço de massas, embrião das organizações que serão capazes de fazer a luta pela direção estratégica do movimento proletário. Conseguimos firmar bases teóricas anarquistas para interpretação da história do movimento operário e da revolução brasileira; conseguimos também a partir do nada construir proto-correntes que no mínimo servirão como uma experiência e referência classista e combativa para a luta de massas; mostramos que mesmo um pequeno grupo com uma teoria e tática correta consegue manter a coerência de linha política, de massas e teórica, a participação nas lutas econômicas contra o governo e contra a burocracia sindical, evitando de um lado o sectarismo da política de ultra-esquerda e a liquidação ou capitulação de direita. Conseguimos atravessar um momento de crise e desorganização da classe, conseguindo começar a construção efetiva do GPN; iniciamos também um processo de discussão internacional (visando reconstruir a organização internacional anarquista e a AIT) através de um diálogo sistemático com a OPAR (organização bakuninista do México).

4) Logo, temos consciência de nossos erros, de nossas fragilidades. Mas temos também consciência que a teoria e a tática correta é que nos permitiram atravessar uma conjuntura extremamente adversa. E as principais tarefas do momento são consolidar o GPN e as proto-correntes, intensificar a luta teórica, que será determinante para o próximo período. Será preciso também consolidar o processo de construção internacional do anarquismo revolucionário. Estamos na primeira etapa de um processo de longo prazo. Nós temos de evitar o sectarismo e liquidacionismo que atinge grupos de “ultra-esquerda”. Temos de manter a flexibilidade tática com a firmeza teórico-ideológica, sem cair em políticas equivocadas (frentismo, movimentismo ou oportunismo). É por isso que na análise de conjuntura realizada a partir desse balanço indicamos as tarefas estratégicas para as frentes de luta, bem como os cenários possíveis nos quais teremos de nos movimentar.

Resoluções de Conjuntura Internacional e Nacional

5) A conjuntura foi analisada a partir de alguns eixos: a) internacional; b) nacional, os dois sendo divididos em fatores econômicos estruturais, política de Estado e dinâmica da luta de classes. Na conjuntura internacional, do ponto de vista da economia, temos a evolução da crise e de alguns indicadores estratégicos (crescimento econômico, inflação, desemprego e crise estrutural); do ponto de vista dos Estados, as diferentes estratégias dos Estados capitalistas centrais para enfrentar a crise e seu impacto sobre as periferias; e do ponto de vista de luta de classes, a importância da dinâmica da luta de classes na África e suas lições. A conjuntura nacional observou os possíveis efeitos da crise econômica e as possibilidades de evolução das contradições da econômica brasileira; as políticas estratégicas do Governo Dilma/PT e suas contradições; e a possível evolução da luta de classes no Brasil, tendo em vista as mudanças na organização e composição da classe trabalhadora brasileira na próxima década.

6) **Conjuntura Internacional.** Em primeiro lugar cabe indicar as teses equivocadas acerca da conjuntura internacional nos três eixos indicados acima. Desde a eclosão da crise econômica em 2007-2008, duas análises se apresentaram. Uma análise “catastrofista” que via que a crise mundial representaria uma crise geral do capitalismo que levaria a mudança das políticas hegemônicas e a derrocada dos governos neoliberais; e uma tese triunfalista, que evoluiu para o discurso do “pós-neoliberalismo” – que viu nas intervenções estatais para combater a crise o declínio do “neoliberalismo”. As duas análises não conseguem entender nem a dinâmica da crise, nem o conteúdo das respostas das políticas de Estado capitalistas, que são ilusoriamente tomadas como pós-neoliberais quando na realidade se dão completamente dentro de uma estrutura neoliberal. A análise catastrofista não consegue perceber a divisão do trabalho internacional e a diferença de ritmo na difusão dos efeitos da crise. Enquanto essa crise se manifestou de forma integrada e sincrônica nos países do centro, a própria diferenciação internacional e divisão do trabalho permitiu que países da periferia fossem atingidos em ritmos distintos. Assim, economias como a Mexicana foram rapidamente afetadas por sua integração com a economia dos EUA, e economias como a brasileira, chinesa não foram quase atingidas, ao contrário, conseguiram compensar a estagnação dos países do centro e alimentar o crescimento mundial. Mas isso não significa que a crise não possa atingir esses países. As crises normalmente tendem cada vez mais a demorar para se manifestarem no conjunto dos países da periferia, tendo normalmente uma distância temporal entre os ápices da crise nos países centrais (como por exemplo as crises econômicas dos anos 1970 que demoraram pelo menos quatro ou cinco anos para se manifestar na América Latina e Brasil). Ou seja, a crise mundial tenderá a se manifestar em países onde os instrumentos usados para contenção da crise estiverem sido esgotados. O caso brasileiro foi emblemático, porque no ápice da crise o governo Lula reagiu com uma série de medidas (isenção fiscal, aumento de determinados gastos públicos). Só que esses instrumentos dependeram do período anterior de acúmulo de recursos garantido pelas políticas neoliberais. A outra tese, viu na crise econômica exatamente o momento de esgotamento do neoliberalismo e passou a falar em “posneoliberalismo” – exatamente por conta das medidas de intervenção estatal tomadas pelos Bancos centrais da União Européia e de medidas como as tomadas por governos como o brasileiro. Essa tese se equivoca exatamente por não entender que as medidas fazem parte de uma necessidade sistêmica, e não de uma mudança de orientação da política econômica. Tanto a visão catastrofista quanto a visão triunfalista que formulou a tese do pos-neoliberalismo apenas tentam ver na crise atual uma repetição da crise de 1929.

7) Quando analisamos os dados econômicos o que vemos é o seguinte. Nas economias centrais a crise se coloca de forma ainda sistêmica. A economia norte-americana teve uma frágil recuperação no primeiro. Importantes economistas burgueses, como Krugman, Roubini Dominique Strauss-Kahn falam da perspectiva de uma nova recessão ou, no melhor dos casos, de um “crescimento anêmico” até finais de 2011. Na Europa ocorreu um crescimento econômico ainda mais anêmico do que o dos EUA. O principal traço da crise é hoje manifesta na “guerra fiscal” entre os países centro. No caso da União

Européia o Estado alemão força um ajuste fiscal em outros países para garantir o pagamento dos empréstimos cedidos pelos bancos alemães. Assim, os instrumentos utilizados para conter a crise estão hoje se esgotando, e longe de representarem uma mudança da orientação estrutural do estado capitalista, este continua se pautando pelas orientações neoliberais. A “bancocracia”, ou seja, o comando estrutural do capital financeiro continua. Os Estados fortes como o alemão protegem o capital dos seus bancos. Algo parecido explica também o continuo desgaste do governo Obama e a derrota do Partido Democrata nas recentes eleições legislativas, em que perderam sua maioria na Câmara dos Deputados. A insatisfação popular com os rumos da economia do país e o persistente desemprego (+10%) são elementos que confluem para este desgaste do PD exatamente porque ele até agora não conseguiu romper em nada a política do Governo Bush. Mas o crescimento econômico não é o único indicador válido para a análise da crise. Na realidade, existem alguns outros fatores globais fundamentais que estão associados: o aumento do desemprego; a depressão da massa global de salários. Entre 2006 e 2009 há um continuo decréscimo do crescimento dos salários e há um processo de inflação global dos alimentos. Nos países da periferia, o crescimento econômico de 2010 em países como China e Índia devem continuar, mas o crescimento verificado em países da América do Sul (como Brasil e Argentina) não. Entretanto, as projeções do banco mundial é que esse crescimento não se repita e que a área do mundo a realizar tal crescimento em 2011-2012 será a África. Dessa maneira a crise econômica mundial não alterou a política econômica nem o modelo de Estado, ao contrário, o neoliberalismo continua sendo o modelo de Estado e mesmo as políticas “anti-cíclicas” são apenas parte de uma estratégia subordinada aos objetivos de acumulação do capital financeiro e intensificação da super-exploração em escala global. As reformas e política de ajuste fiscal experimentadas nos países do centro e a retomada da luta de classes na Europa apenas confirma esse processo. Nem catastrofismo, nem triunfalismo. Uma análise materialista mostra que as contradições do sistema capitalista não se manifesta de forma linear. A crise se prolonga no centro com uma recuperação mais rápida na periferia, mas exatamente porque ela se prolonga no centro ela desgasta os instrumentos de reação de determinados países, tendendo a repercutir na periferia. E a necessidade de aumentar as exportações dos países do centro e sua política protecionista entra em choque com os fundamentos de sustentação das economias (como as da América Latina), que foram exatamente as exportações. Os países que mantem as maiores taxas de crescimento mundial (China e Índia) são aqueles que estão localizados na Ásia, que ocupa desde os anos 1980 a posição estratégica na divisão internacional do trabalho mundial, por ter a maior massa de força de trabalho e a menor média de salários, tendo então esse crescimento como base a super-exploração.

8) O fundamental da caracterização da crise econômica e das respostas dos Estados capitalistas é exatamente que o combate aos efeitos da crise não estão delineando em nenhum momento um modelo de “desenvolvimento alternativo” (no estilo fordista, que vise políticas de distribuição de renda e *bem estar-social*, como ocorreu depois da crise de 1929, mas não exclusiva nem principalmente por consequência direta dela). Ao contrário, todas as medidas em escala global apontam para um aprofundamento das políticas neoliberais: reestruturação produtiva com consequente aumento do desemprego e diminuição dos salários; política monetária direcionada para garantir os ganhos dos bancos e a concentração de capital e valor de mercado das principais empresas monopolistas. O que as análises catastrofistas e triunfalistas que projetam na atual crise mundial uma repetição da crise de 1929 abstraem, é que o processo de mudança do “modelo de Estado” (até um modelo de bem-estar social)– não foi uma consequência mecânica da crise econômica de 1929. Ao contrario, foi o resultado da combinação da evolução da luta de classes em escala mundial e de um forte avanço da ameaça revolucionária ao sistema capitalista. Esse fator, decisivo, não existia na eclosão da crise de 2007-2008. Mas o que essa crise está demonstrando é exatamente que ela pode contribuir em parte, e enfatizamos em parte, para a retomada da luta de classes em escala internacional e para a reconstrução de um sindicalismo revolucionário de massas nos países do centro e da periferia. E é exatamente esse fator

que iremos analisar agora. *É importante ver como a crise tem provocado um aprofundamento de contradições que estão gerando certo desenvolvimento da luta de classes.*

9) É por isso que devemos fazer uma análise da luta de classes realizada desde 2008. Podemos dizer que dois ciclos de luta se apresentaram de forma clara. O ciclo da luta de classes em países do centro (como França) e Grécia, que marcaram a retomada das mobilizações na Europa, talvez a primeira grande onda desde os anos 1990. A luta contra as reformas na França e as mobilizações na Grécia são parte da combinação do desenvolvimento das lutas locais, potencializadas pelos efeitos da crise econômica. Agora testemunhamos uma onda de lutas na África, com a grande mobilização na Tunísia, Egito e agora a guerra civil na Líbia. Aqui também a caracterização teórica correta desses processos é fundamentais, exatamente porque as caracterizações de processos “externos” expressam também a posição política para os processos “internos” – antecipando assim os posicionamentos políticos para possíveis situações de desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Dessa maneira, nós temos dois pólos de caracterização: o senso comum *democrático-burguês*, que acompanha a política imperialista, e considera a derrubada dos “ditadores como parte “da democratização” das sociedades não-ocidentais; e as caracterizações marxistas (nas suas variações stalinista e trotskista), que estão saudando também esse processo de luta de classes como uma “revolução democrática” – e convergindo assim, com o próprio discurso burguês. Dessa maneira, é preciso ter uma análise crítica. Apesar da UNIPA considerar extremamente importante os processos de mobilização na África, como parte da intensificação global da luta de classes, não podemos nos furtar de fazer uma análise crítica de tais processos.

10) Nos últimos quatro meses o Norte da África foi tomado por uma onda de rebeliões populares em diversos países, que tiveram como principais campos de batalha a Tunísia, o Egito e agora uma guerra civil na Líbia. Tais revoltas de oposição aos regimes ditatoriais destes países tiveram como pano de fundo a piora das condições de vida da classe trabalhadora, caracterizada pelo aumento do desemprego, alta no preço dos alimentos e bens de consumo, e a super-exploração do trabalho realizado pela burguesia árabe e internacional, elementos potencializados pela crise econômica mundial. Apesar da UNIPA considerar extremamente importante os processos de mobilização na África, como parte da intensificação global da luta de classes, não podemos nos furtar de fazer uma análise crítica de tais processos. Recapitulemos então os acontecimentos recentes. A Tunísia, epicentro dos levantes, foi governada durante 23 anos pelo ditador Ben Ali, que assumiu o poder em um golpe de estado alinhado com o imperialismo. Após um mês de protestos de rua, Ben Ali caiu no dia 14 de janeiro, e é substituído por Fued Mabazza, membro até então do partido do ditador (RCD) que sai deste, de forma oportunista após a deposição de Ali, para fundar o “governo de unidade nacional” com setores da oposição burguesa, das FFAA, membros do antigo governo e a UGTT (União Geral Tunisiana do Trabalho). Já o Egito país estratégico na África e Oriente Médio, também é um antigo aliado do imperialismo Norte Americano na região. O país foi governado durante 30 anos pelo regime ditatorial de Hosni Mubarak, que após mobilizações de massas e greves gerais que se iniciam no dia 25/01, é derrubado no dia 11/02. A partir do dia 18/02 o país vem sendo governado por uma Junta Militar, espinha dorsal do imperialismo no Egito, que vem impondo estado de sítio no país. Por último, a Líbia, que na década de 70 passou por um processo burguês-nacionalista de derrubada da monarquia do Rei Idris, de estatização de alguns setores da economia (como o petróleo) e oposição aos EUA, se erigiu em uma nova ditadura sobre o povo líbio na pessoa de Muamar Kadafi e nas últimas duas décadas reabriu negociações com o imperialismo europeu e norte americano. Atualmente a Líbia, que passa por uma guerra civil, está dividida em três setores: a) Os setores da burguesia e da burocracia líbia ligados a Kadafi; b) os setores da oposição burguesa pró-restauração monárquica e imperialista; c) e os trabalhadores na luta por melhores condições de vida, que por não possuírem programa caminham para a conciliação e capitulação com os setores burgueses.

11) Devemos então ser extremamente sérios e realistas. O objetivo do movimento de massas não é realizar grandes mobilizações “em si”, é um desvio e uma deformação tomar o processo de luta de classes como um fim em si mesmo. Dessa maneira, não podemos apenas nos contentar com a intensificação da luta de classes e Ascenso da luta de massas, mas devemos avaliar seus resultados políticos. E nesse sentido, o balanço dos processos na África é extremamente preocupante e elucidativo. Apesar das grandes mobilizações populares, elas não conseguiram gerar situações revolucionárias nos seus respectivos países. No caso da Tunísia, o que testemunhamos foi uma circulação das elites. Um antigo membro da base do Governo se volta contra ele e assume o poder graças ao movimento de oposição. No caso do Egito, a ditadura individual de Mubarak foi substituída pela ditadura coletiva da Junta Militar, com a dissolução dos protestos pelo exército e uma promessa ainda não cumprida de “eleições”. No caso da Líbia, temos um processo mais complexo. A guerra civil saudada como uma luta contra a “tirania” – tem na realidade como expressão a revitalização de antigos setores monarquistas ligados ao colonialismo, e uma convergência com interesses imperialistas atuais, especialmente dos EUA, que tem restrições ao governo Kadaffi. Então, longe de revoluções democráticas o que estamos testemunhando, mais uma vez, é o impasse do movimento de massas quando se desenvolve sem um setor revolucionário e socialista. A tese da democratização – da burguesia e imperialismo – e da “revolução democrático burguesa” dos marxistas (stalinistas e trotskistas) acaba sendo caricatural. A tomada do poder por militares e a luta pelo poder de setores monárquicos não pode ser mais explicitamente anti-democrática, mesmo no sentido restrito da democracia burguesa. Dessa maneira, o que vivenciamos na África é um processo diferenciado; na Tunísia e no Egito, desenvolvimento da luta de classes e paralisação da luta de massas pela inexistência de um sindicalismo classista e revolucionário de massas; na Líbia, uma contra-revolução conservadora que instrumentaliza a insatisfação das massas com um regime desenvolvimentista e degenerado, para tentar restaurar uma monarquia. Em todos os casos o que testemunhamos são os impasses do desenvolvimento da luta de classes e a incapacidade momentânea do proletariado africano de ter uma política proletária independente. Mas o mais importante é que a projeção da “revolução democrática” do marxismo brasileiro mostra o seu projeto nacional e internacional. As caracterizações stalinistas e trotskistas que saudam a revolução democrática na África projetam o seu modelo frentista de alianças com as burguesias nacionais e defesa do desenvolvimento capitalista. Só que essa análise ignora os efeitos materiais de curto prazo (como no caso do Egito e Tunísia) ou médio e longo prazo (caso da Líbia) da política de “revolução democrático burguesa”. Essa política engendra a contra-revolução, seja pela incapacidade das massas em ter uma política independente, seja como na Líbia o resultado da degeneração no longo prazo da própria revolução burguesa. Ou seja, o processo na África deve ser saudado pelas mobilizações populares, que sinalizam a possibilidade cada vez maior de uma organização internacional dos trabalhadores de acordo com o modelo do sindicalismo revolucionário, mas deve ser compreendido criticamente. As greves e lutas econômicas são o estopim desses processos, mas para que elas resultem em resultados efetivos para as massas devem ser direcionados por objetivos socialistas.

12) Essa conclusão é ainda mais importante, quando realizamos um balanço global dos ciclos de luta das Américas (anos 2000) e Europa-Africa (2010-2011). Os ciclos de luta do final dos anos 1990, também potencializados pelas crises do capital (crise mexicana, russa e brasileira) geraram grandes mobilizações populares: em 1998-1999 no Equador, e Venezuela que levaram militares “nacionalistas” ao poder; na Argentina em 2001 que levou a formação do Governo Kishner visto como de “oposição”; o Governo Lula/PT no Brasil em 2002; na Bolívia, as lutas de 2003-2006 que levaram o MAS e Evo Morales ao poder, só para citar os casos principais; no final da década, a vitória de Obama e do PD nos EUA. O que ficou desse ciclo nacional-reformista para a classe trabalhadora? Apenas as políticas de cooptação e integração nos projetos da burguesia, e um processo chamado por James Petras de

“normalização do capitalismo”. A década de 2000 mostrou o fracasso e o cinismo de todas as matizes reformistas (nacionalistas-militares, socialistas, democráticas, de origem burguesa e operária). Dessa maneira, o projeto da revolução etapista marxista e suas variações ecléticas e nacionalistas mostram mais uma vez seu fracasso histórico. A classe trabalhadora das Américas continua sendo sacrificada e oprimida. Os escassos benefícios são apenas efeitos colaterais de políticas de cooptação ou mesmo de organização da economia capitalista. Tendem a se diluir no médio prazo pelos efeitos das crises e reestruturações. Projetar esse modelo (revolução por etapas) para a África como forma de legitimá-lo internamente no Brasil só mostra o fracasso do marxismo brasileiro (todo ele comandado por reformistas) em formular um projeto a partir de uma concepção materialista e revolucionária. E assim o que fracassou nas Américas só pode fracassar na África, apesar de que o processo na África estar ainda longe do que aconteceu na América Latina. Ou seja, as análises burguesas e marxistas tentam falsear a realidade do que acontece na África, apenas para poder fazer parecer que em algum lugar seu programa e sua estratégia são eficazes, mascarando sua capitulação interna pela projeção externa de um sucesso de uma revolução democrática que inexistente. O mesmo vale para a concepção burguesa. Projetam uma democratização na África que também na América Latina jamais se deu.

13) Dessa maneira, a linha internacional do anarquismo revolucionário não pode ser senão a extensão coerente da linha nacional e vice-versa. A posição crítica diante da crise e dos ciclos de luta na Europa-África caminham assim em duas direções. A crise não é nem uma catástrofe que levará a auto-liquidação do capitalismo nem o indício do declínio do neoliberalismo. A crise econômica dispersará contradições objetivas que tendem (caso não existam contra-tendências neutralizadoras) a uma intensificação global da luta de classes. E os ciclos de luta na Europa e na Ásia mostram que essa intensificação, caso não seja acompanhada do desenvolvimento das forças coletivas do proletariado, irão ser dissolvidas pela reação burguesa ou estatista ou redundarão em contra-revolução. **A linha internacional não pode ser meramente declaratória e passiva, de saudar como revoluções democráticas movimentos que não são revolucionários em sua forma nem democráticos em seu conteúdo e resultados, mas sim uma linha ativa. E isso se expressa pela necessidade de realizar um trabalho de propaganda, agitação e organização direcionadas para dois objetivos: a construção de organizações anarquistas-bakuninistas pelo mundo, para realizar a luta política e teórica; e através dessas organizações, impulsionar a construção de uma Tendência Classista e Internacionalista, embrião de uma nova Associação Internacional dos Trabalhadores.** Esse trabalho de propaganda e agitação se insere dentro desse contexto de crise mundial como resposta proletária à crise mundial e a efeitos possíveis de intensificação da luta de classes. Dessa maneira, com a intensificação das lutas econômicas e políticas anti-sistêmicas, poderemos agravar a própria crise do capitalismo e contribuindo assim para o desenvolvimento do processo revolucionário. As condições objetivas da crise não são vistas mecanicistamente, dependendo das condições subjetivas do proletariado (nível de consciência) que tornam-se também forças objetivas. Ao mesmo tempo, a observação teórica correta da dialética entre economia e política possibilita uma tática de ação que não capitula ao fatalismo histórico e imobilismo prático.

14) Essas considerações sobre a conjuntura internacional tem ligação direta com a análise da conjuntura nacional. Se a crise tem uma tendência a desgastar as bases dos Governos “reformistas” de diferentes matizes, explicitando seu adesismo ou imobilismo diante das políticas neoliberais, esse processo depende da existência de forças políticas que consigam capitalizar as contradições. No caso do Brasil, o que o governo Lula/PT fez foi conseguir neutralizar as tendências de luta, através das políticas de desmobilização encaminhadas através das grandes centrais sindicais e confederações pelegas. O Governo Dilma/PT que se inicia em 2011 tem algumas características diferentes, a principal delas é que talvez não tenha com tanta facilidade os mesmos instrumentos para combater os efeitos da crise nem o mesmo poder de controle sobre o conjunto da classe trabalhadora. Dessa maneira, no

Governo Dilma temos algumas questões fundamentais. A) em primeiro lugar, a política desenvolvimentista vê as “reformas sociais” subordinadas ao *crescimento econômico* (exatamente como a Ditadura o fazia em seu discurso), associando isso aos incentivos ao capital financeiro e industrial; 2) derivada dessa subordinação, a política prioritária do Governo Dilma é incentivar setores estratégicos da economia, através do PAC com investimentos infra-estrutura e energia e transporte, para fortalecer a exportação de commodities; 3) o Governo Dilma já começa a operar dentro das restrições da crise, expressa pelo anúncio dos cortes nos gastos públicos e política de arrocho salarial, com o insignificante reajuste do salário mínimo.

15) Examinemos então item por item. A subordinação das reformas sociais ao crescimento econômico, deriva não somente das visões burguesas “desenvolvimentistas” típicas, mas também do economicismo típico da concepção marxista de revolução. A idéia de que o desenvolvimento capitalista é pré-condição do socialismo foi usada assim de diferentes maneiras por setores reformistas para orientar e justificar essa política. Isso explica a dificuldade da formação de uma oposição realmente anti-governista ao governo do PT, porque os trotskistas e stalinistas compartilham dessa perspectiva, mesmo que existam diferenças em relação a como aplicar e gerenciar esse desenvolvimento capitalista. Logo, a idéia de que o desenvolvimento capitalista é não somente inevitável mas necessário explica e justifica essa centralidade no PT e no seu bloco de aliados (PCdoB/PSB) e opositores (PSOL/PSTU). Exatamente por isso, as políticas do Governo Dilma terão de sacrificar, como já estão fazendo, as concessões sociais aos interesses do grande capital. O arrocho salarial e corte de gastos é expressão dessa política. Exatamente por isso duas áreas são estratégicas e fontes de contradições para o Governo Dilma. As obras de infraestrutura energética e incentivos ao agronegócio (ajustadas aos planos do imperialismo, como o Plan Puebla-Panamá e A IIRSA- Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). A centralidade do PAC então faz parte da adequação da política do Governo Dilma/PT aos parâmetros do imperialismo. Essa política vai gerar uma intensificação das contradições e exploração no campo brasileiro, cada vez mais subordinado ao comando da indústria-finança. A política “desenvolvimentista” do PT não se fará assim contra o imperialismo internacional e contra o neoliberalismo, ao contrário, se fará a partir dele.

16) Essas questões se manifestam de forma muito clara no corte de 50 bilhões no Orçamento da União que já se revela enquanto um ataque aos serviços públicos, e por conseqüência aos trabalhadores. O aumento do salário mínimo para 545 reais (muito distante dos R\$ 2.227,53 apontado pelo DIEESE) também expressa uma política de arrocho sobre os trabalhadores que sofrem com a inflação dos alimentos e a precarização do trabalho. Esses cortes mostram exatamente que a natureza da política econômica não afetou em nada a estrutura do Estado neoliberal. Ao contrário, já começa a se delinear o aprofundamento de mais reformas que visam a redução do gasto público. Ou seja, aqueles instrumentos usados no ano passado para sustentar o crescimento brasileiro já não estarão disponíveis da mesma maneira. O Governo Dilma/PT terá possivelmente de realizar ataques contra os trabalhadores que podem, dizemos, podem vir a contribuir para um novo desgaste e uma nova confrontação com a classe trabalhadora brasileira. Podemos então extrair algumas conclusões fundamentais acerca dos efeitos da crise sobre o Brasil e a América Latina, e sobre os diferentes cenários de curtíssimos, curto e médio prazo: a) - em primeiro lugar, a atual crise econômica, se dá numa conjuntura histórica completamente diferente da crise de 1929, apesar desse o caráter geral, sincrônico e combinado da crise, fazer com que o processo de recuperação do crescimento econômico seja possivelmente lento e sujeito á diversos contratemplos. As principais tendências da crise derivam do padrão de acumulação baseado em bolhas especulativas e na simbiose entre as economias, especialmente os sistemas financeiros EUA-UE e dos interesses comerciais e fiscais de China e EUA, criando um equilíbrio instável sobre o qual se assentou o desenvolvimento econômico nos últimos dez anos. B) ao contrário do que as análises ortodoxas do

marxismo em suas diversas versões afirmam, a crise atual não expressa uma crise do imperialismo, nem o declínio do poder imperialista dos EUA nem do modelo neoliberal de Estado e acumulação. Na realidade, estas interpretações confundem efeitos de curto prazo com possibilidades de longo prazo e manipulam as análises para apenas legitimar suas políticas de colaboração de classes no quadro nacional e defesa de um projeto de capitalismo nacional “autônomo”. Os efeitos de curto prazo da crise, especialmente sobre os países da América Latina, é reforçar a idéia estatista de intervenção do Estado na economia, criando a ilusão de que tal alternativa é viável para a região. Entretanto, este intervencionismo está atrelado as demandas e ditames do sistema capitalista/imperialista, e faz parte das receitas de reestruturação e regulação sugeridas por órgãos como o FMI e a CEPAL. C) As principais tendências da economia mostram que apesar da crise na América Latina, especialmente no Brasil, não ter tido o mesmo efeito recessivo que em outras economias, que caso as condições econômicas (especialmente a produção na Ásia e uma certa recuperação nos EUA) não melhorem, a crise tende a se aprofundar nos próximos anos, atingindo significativamente a América Latina e os governos de Frente Popular que se propuseram a gerenciar o capitalismo nacional e construir um modelo alternativo ao neoliberalismo. Logo, a crise pode criar conjunturas ao mesmo tempo favoráveis a princípio para as plataformas reformistas e levá-los a crise por terem de realizar confrontações com a classe trabalhadora, para realizar os ajustes exigidos pelas pressões objetivas da crise. Este é talvez um dos principais aspectos da atual crise mundial. Mas não podemos esquecer também que na composição do movimento sindical-popular, existe um problema organizativo. A direção do movimento pelo bloco de organizações governistas (CUT, CTB, Confederações, Contag, MST) e o seu esvaziamento histórico, podem funcionar como tendência neutralizadora das contradições objetivas derivadas dos efeitos da crise econômica mundial e da estratégia desenvolvimentista do Governo Dilma. Grande parte da classe trabalhadora está desorganizada, e aquela que esta organizada está sob a direção da burocracia reformista e pelega. Esses fatores podem retardar ou mesmo pulverizar a participação da classe trabalhadora brasileira nesse ciclo global de intensificação da luta de classes. É por isso que a linha de massas nacional tem de se adequar a essa caracterização de conjuntura.

17) A linha de massas nacional. A luta política e ideológica hoje no Brasil no movimento de massas, é orientada ainda pelos mesmos objetivos gerais de 2004. A necessidade de combater a direção reformista e pelega, e também os setores de oposição oportunistas, que contribuem para a desorganização dos trabalhadores. É fundamental indicar que é preciso retomar as lutas econômico-políticas dos trabalhadores, não somente combatendo os efeitos imediatos da crise e dos ataques patronais e de governos, mas também o modelo de sindicalismo corporativista e social-democrata que deforma e pulveriza a classe trabalhadora, levando-a a derrotas sucessivas. Dessa maneira, a bandeira imediata de construção de oposições classistas e internacionalistas para fazer a luta dos trabalhadores deve ser combinada com o combate a estrutura de organização que aniquila autonomia da classe trabalhadora e impede o desenvolvimento de suas forças coletivas. Temos então como tarefas imediatas: a) Consolidar oposições de base nas frentes de massa (sindical, popular e estudantil), que funcionarão como pólos de aglutinação e agitação dos trabalhadores de vanguarda; b) Convocar comissões de base para lutar contra as burocracias sindicais e estudantis e realizar as lutas econômico-políticas do proletariado. Essas comissões de base devem agrupar todos os ofícios e trabalhadores precarizados em cada local de trabalho, substituindo ou suprimindo o papel dos sindicatos e organizações de base quando estas forem controladas pela burocracia pelega ou inexistentes; c) intensificar e expandir a propaganda das proto-correntes estudantis e sindicais combatendo o setor governista e paragovernista, visando acumular forças para a construção das correntes estudantil e sindical, e servir como referencia alternativa para o movimento de massas. Expandir a propaganda, agitação e organização para o proletariado rural e o campesinato brasileiro. Essas tarefas visam assim dar prosseguimento a construção de um campo independente e uma referencia alternativa, mesmo que pequena e modesta, às

gigantes mas degeneradas organizações sindicais, estudantis e populares. *Essa linha de massas será orientada por um programa econômico reivindicativo e por um programa político-organizativo de massas, que coloque como foco principal a retomada do controle dos trabalhadores sobre sua própria organização e ação.* Ao mesmo tempo, esse programa econômico-reivindicativo e político organizativo estará vinculado internacionalmente a perspectiva de organização internacional dos trabalhadores, com a propaganda e agitação em favor de uma corrente classista e internacionalista.